



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA 34/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 42/2024

Dispensa de licitação conforme art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21

Torna-se Público que o Município de Urupês, com sede na Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Centro, nesse Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.159.381/0001-94, devidamente representado por seu Prefeito, Alcemir Cássio Gréggio, realizará a presente dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis, para obter propostas adicionais de eventuais interessados, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos:

Objeto:	Contratação de serviços especializados em confecção de materiais de comunicação visual e de sinalização para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Urupês, conforme especificações do Termo de Referência
Critério de Julgamento:	MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM.
Unidade Gestora:	Divisão de Comunicação.
Valor estimado total:	O valor estimado total é de R\$14.065,00 (quatorze mil e sessenta e cinco reais), enquadrando-se no valor da dispensa, conforme previsão do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
Data limite para apresentação da proposta:	ATÉ O DIA 06/03/2024 ÀS 08:00 HORAS
Referência do Horário:	Todas as referências de tempo observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	https://www.urupes.sp.gov.br/licitacoes/dispensas/
Preferência ME/EPP (art.49, inc. V da LC nº 123/06)	NÃO



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. É objeto da presente dispensa de licitação a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de comunicação visual conforme quantidade e qualidade infraespecificadas:

ITEM	QTD TOTAL	PED. MÍN.	DESCRIÇÃO	GARANTIA
1	Até 15m ²	0,50m ²	Adesivo vinílico (colorido sólido), cores sortidas, permanente, espessura mínima de 0,1mm com acabamento fosco	96 meses
2	Até 40m ²	0,25m ²	Adesivo em impressão digital, permanente, espessura mínima de 0,1mm com acabamento fosco	36 meses
3	Até 10m ²	0,25m ²	Placa de P.V.C., espessura de 1mm, acabamento liso, adesivada com impressão digital	36 meses
4	Até 15m ²	0,25m ²	Placa de P.V.C., espessura de 2mm, acabamento liso, adesivada com impressão digital	36 meses
5	Até 15m ²	0,25m ²	Placa de P.V.C., espessura de 3mm, acabamento liso, adesivada com impressão digital	36 meses
6	Até 10m ²	0,25m ²	Placa de A.C.M., espessura mínima de 3mm, adesivada com impressão digital	72 meses
7	Até 40m ²	0,50m ²	Lona brilho 300g com impressão digital em cores, acabamento fosco, com bastão de madeira das extremidades ou ilhoses	60 meses
8	Até 5 unidades	1 unidade	Placa em chapa de aço inox escovado, com dimensões de 500mm (largura) x 700mm (altura), com gravação em baixo relevo + parafusos e botões para afixação;	96 meses

1.1.1 A “Quantidade Total” (QTD TOTAL), mencionada na terceira coluna da tabela em referência no item 1.1, indica a área máxima, em metros quadrados, de cada tipo de material de comunicação visual que poderá ser produzido durante todo o período de vigência;

1.1.2 A contratação permitirá solicitações fracionadas do material, dividindo a “Quantidade Total” em múltiplos pedidos menores, de acordo com as necessidades do município. No



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

entanto, a soma dos itens de cada pedido individual não poderá ter uma Área Total menor do que a especificada na coluna “Pedido Mínimo” (PED. MÍN.) da mesma tabela.

- 1.1.2.1 O conceito de “Área Total”, citado no item 1.1.2, refere-se ao resultado da multiplicação da área em metros quadrados de cada unidade do produto pelo número de unidades requisitadas em cada pedido. Para ilustrar: se um pedido contém 10 unidades de um produto com área unitária de 0,05m², a “Área Total” desse pedido seria de 0,5m².
- 1.2 A arte gráfica a ser utilizada para a produção de cada material será desenvolvida pela Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Urupês e fornecida à empresa contratada no momento da solicitação para fornecimento do material, conforme pormenorização descrita no item “5 Modelo de Execução do Objeto” do Termo de Referência (Anexo I);
- 1.3 A contratação será realizada em lotes, conforme discriminado na tabela contida no item 1.1 deste documento. A seleção da empresa vencedora para cada lote se dará com base no menor preço total apresentado para aquele lote específico. Este preço total será a soma dos preços totais unitários propostos para cada item que compõe o respectivo lote;
- 1.4 A dispensa de licitação deve ser realizada utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**;
- 1.5 A ata gerada do processo terá uma validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua formalização;
- 1.6 A empresa contratada deve possuir experiência comprovada em *design* gráfico e na produção dos materiais objetos desta dispensa;
- 1.7 Os materiais de comunicação visual deverão ser produzidos com impressões em alta resolução, em papel ou substratos de qualidade, conforme as especificações contidas no objeto desta dispensa;
 - 1.7.1 Dúvidas sobre especificações ou opções de materiais que não estiverem definidas neste Termo de Referência serão dirimidas pela Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês;
- 1.8 Os materiais devem ser entregues dentro do prazo a ser acordado entre a empresa e a Divisão de Comunicação da Prefeitura no ato do pedido, em embalagens apropriadas que



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- garantam a integridade dos produtos, conforme detalhamentos contidos no decorrer do item “5 Modelo de Execução do Objeto”;
- 1.9 O material fornecido deve estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações locais, estaduais e nacionais aplicáveis ao setor gráfico;
 - 1.10 No caso de produções de materiais em larga escala em que houver grande dispêndio financeiro por parte do município, a Prefeitura se reserva no direito de solicitar provas digitais ou físicas dos materiais de comunicação visual antes da produção em larga escala;
 - 1.11 Os *designs* e *layouts* a serem impressos nos materiais devem ser encaminhados pela Prefeitura de Urupês no ato da confecção do pedido. Contudo, ficará sob responsabilidade da empresa a arte-final, ou seja, a preparação da arte original enviada pelo município para impressão. Isso inclui ajustes de sangria, marcas de refilê, pontos de testagem de cor e outras possíveis indicações gráficas necessárias para o ato da impressão;
 - 1.12 A empresa contratada deverá fornecer suporte técnico por meio telefônico, correspondência eletrônica ou aplicativo mensageiro “WhatsApp”, no período de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8h às 17h, e, excepcionalmente, das 17h às 20h para situações emergenciais – o que, neste último caso, se dará exclusivamente por meio remoto –, para tratar de quaisquer dúvidas ou problemas que possam surgir.
 - 1.13 A Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês deve submeter um requerimento formal para a produção de materiais de comunicação visual via um dos canais de comunicação disponíveis da empresa contratada, incluindo, no mínimo, correio eletrônico, telefone e aplicativo de mensagens instantâneas “WhatsApp”;
 - 1.14 O requerimento deve ser anexado com o briefing técnico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: quantidade de cópias, qualidade do material (conforme item 1.1 do Termo de Referência – Anexo I), dimensões e quaisquer outros detalhes técnicos ou de produção relevantes;
 - 1.14.1 No ato da solicitação, deverá ser incluída a arte gráfica destinada à impressão. A arte pode ser fornecida em formatos de *bitmap* aceitáveis (como *.png, *.jpg, *.jpeg, *.tif) ou contida em um arquivo *.pdf, válido tanto para *bitmap* quanto para elementos vetoriais. Também poderão ser enviados arquivos no formato nativo do *software* de *design* utilizado, quando tanto o município quanto a empresa contratada concordarem que isso é necessário



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

para uma impressão de alta qualidade. Isso inclui, mas não se limita, a arquivos da suíte *Adobe Creative Cloud* (como *.psd, *.ai, *.indd) ou da suíte *Corel* (*.cdr);

- 1.14.1.1 Se o formato do arquivo fornecido for inadequado para a criação da arte-final ou para o processo de impressão, a empresa contratada será responsável por converter o arquivo para um formato compatível com os requisitos de impressão;
- 1.14.1.2 Na fase de arte-finalização, a empresa contratada será responsável por implementar todos os elementos gráficos requeridos para a adequada impressão do material. Isso inclui, mas não se limita, a marcas de corte e refile, ajustes de sangria, pontos de calibração de cores e quaisquer outras especificações técnicas necessárias para garantir a qualidade do produto impresso;
- 1.14.1.3 Caso a arte enviada pelo município apresente discrepâncias técnicas aparentes notadas pela empresa, a mesma deverá comunicar a Divisão de Comunicação do Município antes de proceder com a impressão. Dessa forma, os ajustes necessários poderão ser executados antes da produção final do material;
- 1.14.2 No momento da formalização do requerimento para o serviço, um cronograma de entrega para os materiais de comunicação visual deve ser mutuamente acordado, levando em consideração tanto o cronograma da Prefeitura de Urupês quanto a capacidade operacional da empresa contratada;
- 1.14.2.1 Na ausência de um prazo especificado no momento da solicitação, a empresa contratada terá um período padrão de 5 (cinco) dias úteis para a completa execução e entrega dos materiais de comunicação visual;
- 1.15 Eventuais modificações no *design*, *layout* ou especificações técnicas feitas pela Prefeitura de Urupês após o início da produção do material gráfico e que demandem reimpressão serão de responsabilidade financeira da Prefeitura;
- 1.15.1 Tais alterações resultarão no reinício do prazo de entrega original, permitindo que a empresa contratada ajuste seus processos de produção de acordo com as novas diretrizes.
- 1.16 Uma vez que o material gráfico tenha sido produzido, a empresa contratada deverá assegurar que os itens sejam adequadamente embalados para garantir proteção contra elementos como umidade, respingos de água e exposição à poeira, antes de proceder com a entrega para a Prefeitura;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 1.17 O local para a entrega dos materiais deve ser fornecido no momento da solicitação de produção ou, posteriormente, em tempo hábil para garantir a logística de entrega;
- 1.17.1 Na ausência de um endereço de entrega especificado, os materiais de comunicação visual deverão ser entregues diretamente à sede da Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês, localizada no Paço Municipal, à Rua Gustavo Martins Cerqueira, 463 – Centro – CEP 15850-019 – Urupês/SP;
- 1.17.2 Quaisquer despesas relacionadas ao frete e à logística para a entrega ou, porventura, para devolução do material gráfico deverão ser inteiramente suportadas pela empresa contratada.
- 1.18 Após o recebimento do material, um representante da Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês será designado para inspecionar a qualidade, quantidade e conformidade com as especificações técnicas;
- 1.18.1 Se houver divergências significativas entre o produto entregue e o especificado na ordem inicial, por culpa da empresa, seja em termos de design gráfico, quantidade, qualidade de impressão ou outros critérios, o lote completo ou parcial pode ser rejeitado pela Prefeitura;
- 1.18.2 Em caso de rejeição, a empresa contratada deverá realizar a confecção imediata de novos itens, seja em totalidade ou parcialidade, de acordo com o que foi aceito ou rejeitado pela Prefeitura;
- 1.18.2.1 A reemissão do material, decorrente de rejeição total ou parcial pela Prefeitura de Urupês, deverá ser executada inteiramente às expensas da empresa contratada, sem implicar custos adicionais para a Prefeitura;
- 1.18.2.2 A opção de correção do material, em detrimento de sua completa reimpressão, só será aceitável mediante concordância explícita da Divisão de Comunicação da Prefeitura.
- 1.19 A empresa contratada deverá fornecer uma garantia de qualidade do material produzido, que deverá estar em conformidade com as especificações técnicas fornecidas pela Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês constantes na coluna específica da tabela situada no item 1.1. Esta garantia deve cobrir defeitos de impressão, inconsistências nas cores, erros na arte-final, ou quaisquer outras falhas que comprometam a qualidade, utilidade e integridade do produto;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 1.19.1 No caso de falhas ou defeitos identificados dentro do período de garantia, a empresa deverá, às suas próprias expensas, corrigir os problemas ou substituir o material defeituoso em um prazo acordado e conforme as especificações originais;
- 1.19.2 Quaisquer custos associados à correção ou à reemissão do material dentro do período de garantia deverão ser inteiramente absorvidos pela empresa contratada, não implicando em custos adicionais para a Prefeitura de Urupês;
- 1.19.3 A garantia provida pela empresa contratada deve abranger defeitos relacionados a erros de impressão e confecção, bem como danos decorrentes de exposição a condições climáticas moderadas, incluindo sol e chuva. Contudo, a garantia não se estende a defeitos ou danos causados por mau uso, manuseio impróprio ou armazenamento inadequado por parte da Prefeitura de Urupês após a entrega do material;
- 1.20 A contratada se compromete a observar integralmente a confidencialidade, mantendo sigilo acerca de todas as informações particulares e confidenciais da Prefeitura de Urupês e de seus colaboradores às quais possa ter acesso em razão do contrato, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e quaisquer outras leis e regulamentos aplicáveis de proteção de dados. Ademais, compromete-se a realizar o descarte adequado dessas informações, uma vez que não mais necessárias para a execução do objeto do contrato.
 - 1.21. Compõem este processo, além das condições específicas, os seguintes documentos:
 - 1.21.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
 - 1.21.2 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
 - 1.21.3 ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP;
 - 1.21.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DO INC. XXXIII, ART. 7º DA CF;
 - 1.21.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO;
 - 1.21.6. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

1.21.7. ANEXO VII – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO;

1.21.8. ANEXO VIII – TERMO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

1.21.9. ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS.

1.21.9. ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA(S) AQUISIÇÃO(ÕES)/DO(S) SERVIÇO(S)

2.1. As justificativas encontram-se dispostas em Termo de Referência.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação serão apuradas em momento oportuno, tendo em vista tratar-se de Sistema de Registro de Preços.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor estimado total é de R\$14.065,00 (quatorze mil e sessenta e cinco reais), enquadrando-se no valor da dispensa, conforme previsão do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A presente manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados ficará ABERTA ATÉ O DIA 06/03/2024 ÀS 08:00 HORAS, uma vez que devidamente realizada a divulgação no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao artigo 75, inciso II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, e os respectivos documentos deverão ser protocolizados, exclusivamente, por via eletrônica, pelo site <https://www.urupes.sp.gov.br/licitacoes/dispensas/>.

5.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

5.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

5.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.3.1. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

5.3.5. sociedades cooperativas.

5.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5. Não será permitida a participação ainda as empresas:



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 5.5.1. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 5.5.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.5.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Urupês, nos termos da Súmula 51 do TCESP;
- 5.5.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- 5.5.5. Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação;
- 5.5.6. Sob processo de falência, recuperação judicial que não apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital ou insolvência civil, CONFORME Súmula nº 50 do TCESP ou insolvência civil.
- 5.6. A apresentação de propostas **implicará obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe este aviso de dispensa de licitação e ao **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos adequados à perfeita execução contratual.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrado o prazo para recebimento de propostas adicionais, será verificada a conformidade da proposta melhor proposta classificada quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
 - 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado, devendo este ser anexada aos autos do processo de contratação.



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

6.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.4.1. Além da documentação supracitada, a Administração poderá solicitar ao fornecedor com a melhor proposta, planilha com indicação de custos e formação de preços.

6.5. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme Termo de Referência ou projeto básico, constante no Anexo II deste aviso e deverá ser encaminhada de acordo com o item 5.1.

6.5.1. A Proposta deverá ser apresentada digitada, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

6.5.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.5.3. Deverão estar consignados na proposta:

6.5.3.1. A nome completo/razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CPF/CNPJ do licitante;

6.5.3.2. Preço unitário por item e valor total em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

6.5.3.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais;

6.5.3.4. Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

6.5.3.5. Data da emissão, assinatura do responsável e nome e documentos de identificação do responsável pela emissão.

6.5.3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.10. Havendo necessidade, o processo poderá ser suspenso para diligências.
- 6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do proponente vencedor, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

7.1 Habilitação jurídica

7.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

7.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4 Sociedade empresária estrangeira, quando autorizada, com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

7.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

7.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 7.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; (ANEXO IV)
- 7.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (CNDT).
- 7.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.7 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/ata.
- 7.2.7.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 7.2.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/06, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 7.2.7.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2.9.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.3 Habilitação técnico-profissional:

- 7.3.1. Qualificação técnico/profissional, através dos seguintes documentos, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021:
- 7.3.1.2. Apresentar Qualificação técnico/profissional, através do documento, em conformidade com o art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, sendo: *declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.* (ANEXO V).



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br

e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

7.3.1.3. Habilitações Fiscal, social e trabalhista, conforme previsão do art. 68 da Lei nº 11.133/2021.

8. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1 Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (ANEXO IV).

9. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A contratação poderá feita por meio de **Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses.**

9.3. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco dias) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, aceitando a realização de assinatura eletrônica por meio de certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. As obrigações das partes são aquelas indicadas no Termo de Referência.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.11;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e encaminhamento das respectivas sanções ao Tribunal de Contas do Estado. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria desta Administração, no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de cada nota fiscal, nos termos da legislação específica e depois de atestada a prestação do fornecimento do material;

11.1.1. As notas fiscais devem ser emitidas conforme a entrega de cada pedido específico solicitado pela Divisão de Comunicação da Prefeitura de Urupês, e devem ser enviadas ao e-mail comunicacao@urupes.sp.gov.br;

11.2. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista apresentada durante processo de habilitação.

12. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Servidor Responsável: sr. Luís Fernando da Silva, Chefe da Divisão de Comunicação deste município, RG 40.867.506-8 e CPF/MF 445.105.798-10.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Poderá o Município revogar a presente contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

13.2. O Município deverá anular a presente contratação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

13.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

13.5. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.5.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

13.5.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.5.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.6. As providências dos subitens anteriores também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer comunicações emitidas pela Administração, pelos meios originalmente divulgados.

13.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Prefeitura Municipal de Urupês

CNPJ 45.159.381/0001-94

Rua Gustavo M. Cerqueira, 463- Urupês- CEP 15850-000 -Fone/fax (17) 3552-1144

Site: www.urupes.sp.gov.br e-mail: prefeitura@urupes.sp.gov.br

13.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.12. Para assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente para o fornecimento do(s) bem(ns) ou para execução do serviço o Contratado deverá apresentar para a Administração Declaração de Atualização Cadastral, sendo que o cadastramento deve ser feito dentro do “Portal de Sistemas” do TCE/SP, no ícone “CadTCESP” (<https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>), nos termos da Resolução nº 21/2022 publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 24/11/2022.

13.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Município de Urupês, 29 de Fevereiro de 2024.

Alcemir Cássio Gréggio
Prefeito Municipal